

Conversa de recesso

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

Estão gastando saliva demais na interminável lengalenga sobre a convocação extraordinária do Congresso no próximo recesso constitucional de julho, para concluir a votação do pacote de emendas já encaminhadas ou prontas para seguir o caminho do Legislativo.

Os presidentes do Senado, senador José Sarney, e da Câmara, deputado Luis Eduardo Magalhães, tiram o corpo fora e se entendem na recusa em assumir a responsabilidade e o desgaste da convocação mal justificada e de discutível urgência.

Sobra para o presidente Fernando Henrique Cardoso a batalha fervente de pesar e medir vantagens e inconvenientes e a decisão solitária de acabar com as férias parlamentares e mandar pagar a conta.

Ora, eis aí um desses exemplos perfeitos de desperdício de tempo e dose letal de hesitação. Pelo visto, ninguém quer se expor ao desgaste da convocação ao preço de nove e meio milhões de reais de ajuda de custo nem de bater o martelo e anunciar a alegre dispersão de senadores e deputados para os festejos juninos junto às suas famosas bases.

Sinal de que ou não se fixou convicção sobre a efetiva necessidade de manter o Congresso votando, sem o risco de interromper o chorrilho de aprovação das emendas constitucionais propostas pelo governo ou há razões escamoteadas nas negociações dos presidentes, de lá e de cá.

Por quê, francamente, as delongas e esquivas não se justificam. Não parece complicado ou difícil para o presidente definir o interesse prioritário do governo. E agir em consequência, colocando ponto final nas especulações e facilitando a vida de parlamentares e servidores do Legislativo que precisam organizar os esquemas de férias com razoável antecedência.

Depois, o critério de avaliação é simples: convocação só em último caso, escorada em explicações de consensual reconhecimento. A boa norma recomenda respeitar o recesso.

Agora, mais do que nunca. Pois o recesso viria mesmo a calhar. Se são confusas e contraditórias as desculpas para seu cancelamento, a listagem das muitas conveniências em respeitá-lo salta à vista, em assanhada exposição.

A primeira das razões desliza pelas manhas táticas. Ora, o confronto entre governo e oposição está exageradamente desequilibrado. O governo ganhou todas, com vantagens crescentes, até o exagero de 56 votos acima dos três quintos da exigência constitucional, e justo na mais polêmica das emendas: a que acaba com o monopólio estatal do petróleo, tirando lascas da Petrobras. O placar esmagador no primeiro tempo das reformas aconselha intervalo para esfriar as cabeças e facilitar a reconciliação antes do pontapé para o recomeço do jogo.

Essa é a oportunidade única de buscar o consenso na delicada costura da regulamentação de cada uma das traumáticas mudanças do texto constitucional.

O governo jogou pesado quando descobriu que dispunha de maioria miraculosamente consolidada. E presente, garantindo *quorum* por artes da resolução do presidente da Câmara, deputado Luis Eduardo Magalhães, de descontar as faltas às sessões de votação. Mexendo no bolso, a decisão despertou brios gazeteiros, superlotando o plenário, com índice de comparecimento de mais de 90%.

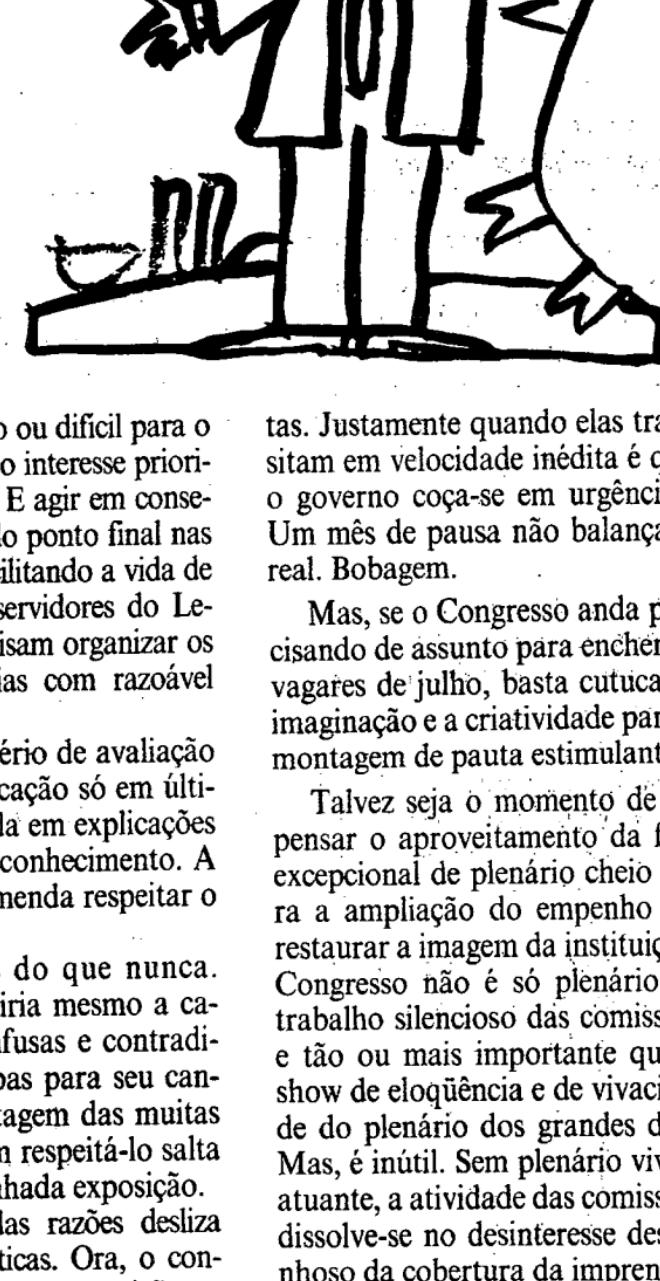
Deslumbrando-se com a própria força, o governo resolveu aplicar corretivo severo na oposição, marginalizando-a até obrigar-a à humilhação de revelar seu tamanho de nânica, esquecida no seu canto.

Não é bom ganhar demais. Oposição sem vez, descamba para

a contestação. Não é só. Remendos na Constituição devem ser alinhavados por todo o Congresso. A participação oposicionista seria pelo menos desejável na segunda etapa da complementação. E preciso tempo e serenidade para iniciar consultas, reatar o fio das articulações e negociar fórmulas de entendimento através da acomodação de interesses.

O Congresso necessita relaxar. Depois da canseira de meses tensos, afinal merece o repouso da lei. E não é só seu descanso que deve ser respeitado. Mas, igualmente exige cuidados seu esforço para a reabilitação lenta e penosa, que começa a aparecer, discretamente, nos índices crescentes de aprovação popular das últimas pesquisas. Ora, a convocação extraordinária, com sua pena de vantagens, é antipática, impopular, de difícil aceitação. Mais ainda quando se enrola em longas confabulações, crivadas de suspeitas.

Afinal, por que tanta pressa? As emendas constitucionais demoraram a chegar ao Congresso por culpa exclusiva do governo, que custou a acertar-se internamente na montagem das propos-



tas. Justamente quando elas transitam em velocidade inédita é que o governo coça-se em urgências. Um mês de pausa não balança o real. Bobagem.

Mas, se o Congresso anda precisando de assunto para encher os vagares de julho, basta cutucar a imaginação e a criatividade para a montagem de pauta estimulante.

Talvez seja o momento de repensar o aproveitamento da fase excepcional de plenário cheio para a ampliação do empenho em restaurar a imagem da instituição. Congresso não é só plenário. O trabalho silencioso das comissões é tão ou mais importante que o show de eloquência e de vivacidade do plenário dos grandes dias. Mas, é inútil. Sem plenário vivo e atuante, a atividade das comissões dissolve-se no desinteresse desdenhoso da cobertura da imprensa.

Ocorre que o longo período de desativação do Congresso, desmobilizado pelas críticas à inatividade, à falta de quórum, às decisões pelo facilitário do voto de lideranças, expulsou a imprensa, que perdeu o hábito de freqüentá-lo.

O círculo vicioso do plenário às moscas pelo desestímulo do silêncio da imprensa e, na contramão, da imprensa desligada pelo esvaziamento do plenário, talvez possa ser quebrado com a reaproximação tramada no oco do recesso. Com o esperto aproveitamento do tempo disponível e da trégua que desarma ressentimentos e baixa a guarda, facilitando o encaixe da conversa.

Afinal, já passou a hora de entender que o desencontro entre o Congresso e a imprensa não convém a nenhum dos dois e muito menos à firme consolidação democrática. Certamente que os novos tempos exigem fórmulas novas. Pois então, por que não se inventa ou renova o esquema de cobertura regular do Congresso. Ele não pode ser notícia apenas pelo viés do pitoresco ou do escândalo. Nem tema para matérias garimpadas nas ocasiões excepcionais de crise ou de inusitado. O Congresso é fonte permanente de notícia. E como tal merece ser tratado.